

O COTIDIANO DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS  
DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB: violência, exclusão social e  
vulnerabilidade

*THE DAILY LIVES OF RECYCLABLE MATERIAL COLLECTORS OF  
CAMPINA GRAND-PB: violence, social exclusion and vulnerability*

*LA VIDA COTIDIANA DE LOS COLECTORES DE MATERIAL  
RECICLABLE DE CAMPINA GRANDE-PB: violencia, la exclusión social  
y vulnerabilidad*

Suellen Silva Pereira

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA UFPB/UEPB. Geógrafa pela Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista CNPq. Rua: Maria do Carmo Nóbrega, 60, Três Irmãs, CEP: 58423-173, Campina Grande/PB, Brasil. E-mail: suellensp@hotmail.com.

### Resumo

A violência não pode ser entendida apenas como uma ação física, mas também uma ação moral, podendo esta ser percebida através do processo de exclusão social a que muitos estão submetidos. A mulher, por ser considerada uma minoria, é alvo constante dessas ações. Devido à competitividade, comum em uma economia capitalista, observa-se que muitas dessas mulheres estão inseridas no mercado informal como forma de sustentar suas famílias. Na cidade de Campina Grande/PB esta realidade não é diferente, observa-se a inserção de mulheres na atividade de catação do “lixo”, sendo esta realizada no lixão municipal. Nesse contexto, objetiva-se compreender a grave crise social que assola o Brasil, analisando a inserção da mulher no mercado informal, assim como a reprodução do processo de desigualdade social como uma forma de violência. Para realização deste, foi realizada pesquisa com as catadoras no seu local de trabalho, além de embasamento teórico e registro visual. Verificou-se, que apesar da supracitada atividade se configurar em uma alternativa socioeconômica para os que dela dependem, esta, está envolta de estigmas e preconceitos, haja vista ser desenvolvida a partir do que se é descartado como sendo “lixo”, fato que resulta na ampliação da exclusão social.

**Palavras-chave:** Exclusão Social. Mercado Informal. Catação. Catadoras.

### Abstract

The violence cannot be understood only as a physical action, but also a moral action, which may be perceived through the process of social exclusion that many are submitted. A woman was considered a minority, is constant target of these actions. Due to the competitiveness, common in a capitalist economy, it is observed that many of

these women are embedded in the informal market as a way to support their families. In the city of Campina Grande / PB reality this is no different, there is the inclusion of women in the activity of "grooming" of garbage, which is held in the "dump" municipal. In this context, the objective is to understand the serious social crisis plaguing Brazil, analyzing the inclusion of women in the informal market, as well as the reproduction of social inequality process as a form of violence. To achieve this, research was carried out with the garbage workers in their workplace, as well as theoretical and visual record. It was found that despite the aforementioned activity is set on a socioeconomic alternative for those who depend on it, this is wrapped by stigmas and prejudices, considering to be developed from it is dismissed as "garbage", which results the expansion of social exclusion.

**Keywords:** Social Exclusion. Informal market. Scavenging. Pickers.

### Resumen

La violencia no puede ser entendida sólo como una acción física, sino también una acción moral, que puede ser percibida a través de los procesos de exclusión social que muchos se hayan presentado. Una mujer se consideraba una minoría, es el objetivo constante de estas acciones. Debido a la competitividad, común en una economía capitalista, se observa que muchas de estas mujeres se insertan en el mercado informal como una forma de mantener a sus familias. En la ciudad de Campina Grande / PB realidad esto no es diferente, no es la inclusión de las mujeres en la actividad de "grooming" de la basura, que se celebra en el "basurero" municipal. En este contexto, el objetivo es entender la grave crisis social que azota Brasil, analizando la inclusión de las mujeres en el mercado informal, así como el proceso de reproducción de la desigualdad social como una forma de violencia. Para lograr esto, la investigación se llevó a cabo con los trabajadores de la basura en su lugar de trabajo, así como grabar teórico y visual. Se encontró que a pesar de la actividad antes mencionada se encuentra en una alternativa socioeconómica para los que dependen de él, esto está envuelto por estigmas y prejuicios, considerando que se desarrollarán a partir de lo que se calificó de "basura", lo que resulta la expansión de la exclusión social.

**Palabras-clave:** Exclusión Social. Mercado informal. Hurgar en la basura. Pickers.

### Introdução

A prática de violência não pode ser entendida nem compreendida apenas como a materialização de atos brutais, agressivos, que afetem e/ou comprometam a integridade física e a saúde do indivíduo. Esta também pode ser percebida pelas ações que oprimem, reprimem as manifestações, se apresentando como uma violência gradativa e até certo ponto, imperceptível, o que pode ser observado nas relações de preconceito e exclusão social a que muitas pessoas estão submetidas, tendo como resultado desse processo a

violência moral ou simbólica (BOURDIEU & PASSERON, 2001), o que será melhor explicitado no corpo do artigo.

Dentro de um contexto de exclusão social, aliado a situações de violência, observa-se claramente diferenciações dessas manifestações quando da análise das questões envolvendo gênero. Dessa forma, nota-se a perpetuação de estigmas que colocam o homem como ser superior, sendo a mulher subjugada e alvo de preconceito, configurando-se, neste sentido, em uma ação de violência, que por muitas vezes, apresenta-se de forma velada.

Atrrelada às questões relacionadas com as manifestações de violência, têm-se, como um dos elementos geradores da exclusão social, à competitividade, comum no sistema capitalista o qual estamos inseridos, assim sendo, verifica-se que o mercado de trabalho está cada vez mais concorrido e especializado, fato que exclui uma parcela da população do mercado formal, contribuindo, por conseguinte, por uma procura de novas alternativas de subsistência, reforçando assim, o mercado informal da economia. Esta evidenciação do mercado econômico e trabalhista atinge homens e mulheres, que para sustentar suas famílias se submetem a atividades muitas vezes desumanas.

É bem verdade, que a população feminina é a que mais sofre em busca de seu ingresso no mercado de trabalho, a mulher é discriminada, tem sua capacidade subjugada e termina ficando com os piores salários. Com isso, observa-se que muitas mulheres estão se inserido dentro da informalidade na tentativa de garantir o sustento de suas famílias, visto que muitas ocupam a função de chefes de famílias, lugar este que era mais comumente ocupado pelo gênero masculino - homem, tomando para si a responsabilidade pela criação dos filhos, bem como, da gestão da casa.

Dentre as atividades informais desenvolvidas na atualidade, o universo da catação de materiais recicláveis encontrados nos “lixões” municipais ou nas ruas das cidades surge como uma alternativa para milhares de homens, mulheres e crianças, que buscam, através da supracitada atividade, um retorno financeiro. Na cidade de Campina Grande/PB esta realidade não é diferente, observa-se a inserção de mulheres na atividade de catação de resíduos, sendo esta realizada no lixão<sup>1</sup> municipal, que está localizado a 8 km do centro urbano.

---

<sup>1</sup> Faz-se necessário registrar que no dia 05 de janeiro de 2012, a prefeitura de Campina Grande, encerrou a atividade de disposição final dos resíduos sólidos urbanos no ambiente do lixão municipal, sendo estes encaminhados, para as instalações de um aterro construído no município de Puxinanã.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo compreender a grave crise social que assola o Brasil, refletindo-se na ampliação do trabalho informal, sobretudo em condições subumanas; analisar a emergência de mais uma categoria de trabalho informal como produto da exclusão social ocasionada pelo processo de globalização da economia; destacando a inserção da mulher no mercado informal, assim como, enfatizar a reprodução do processo de desigualdade social como uma forma de violência.

Apesar da importância socioeconômica e ambiental decorrente da atividade de catação de materiais recicláveis, realizadas nos grandes e pequenos centros urbanos, cabe destacar que a supracitada atividade é desenvolvida em condições insalubres, o que torna ainda mais sacrificante seu desempenho, além desta estar envolta a estigmas e preconceitos tendo em vista que esses trabalhadores sobrevivem do e no “lixo”, motivos pelos quais verifica-se uma acentuação dos processos discriminatórios, culminando na ampliação das condições de vulnerabilidade social, bem como da violência simbólica.

O presente artigo está estruturado em quatro momentos. Afora a parte introdutória, que busca fazer uma breve explanação da problemática abordada; encontra-se os materiais e métodos com a identificação da área pesquisada, bem como dos instrumentos utilizados para realização do estudo; posteriormente, apresenta-se os resultados e discussões, que, apoiando-se na pesquisa bibliográfica e documental realizada, buscar dialogar com os dados empíricos na tentativa de alcançar os objetivos traçados para a pesquisa em questão; culminando com as considerações finais do trabalho.

## **Materiais e métodos**

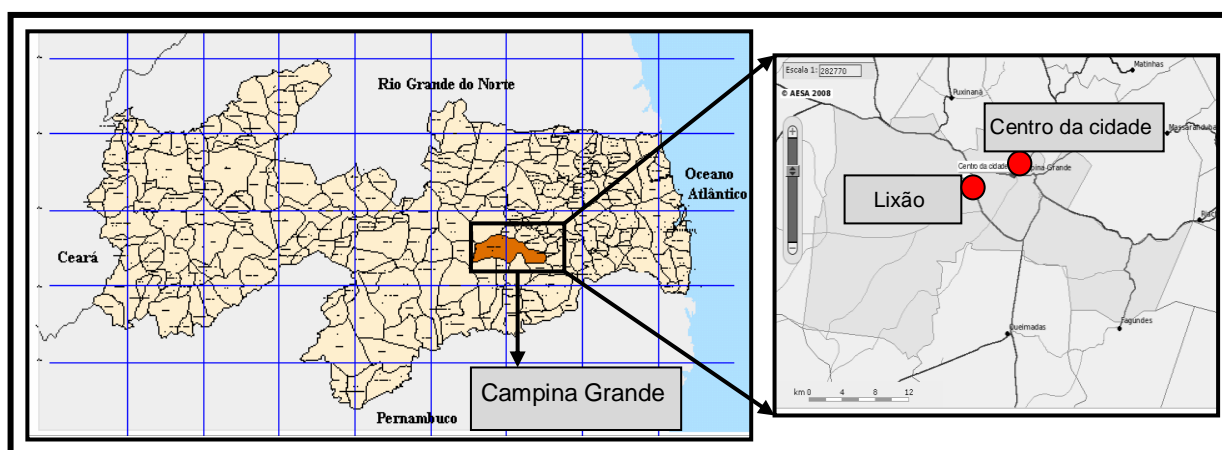
### **Área de Estudo**

Distante cerca de 120 km da capital do Estado da Paraíba - João Pessoa, Campina Grande está situada na Região Geográfica da Borborema, na Mesorregião do Agreste Paraibano e na Microrregião de Campina Grande e ocupa uma área de 592,2 km<sup>2</sup>. De acordo com o último Censo Demográfico, realizado no ano de 2010, a sua população é de 385.213 habitantes, estando esta, em sua maioria (95,33%), localizada na zona

urbana da cidade, sendo o segundo município em população do Estado, exercendo grande influência política e econômica sobre as cidades circunvizinhas (IBGE, 2010).

O lixão da cidade em pauta foi selecionado como área de estudo por ser o local de disposição final dos resíduos sólidos urbanos coletados no município, o que, por conseguinte, apresenta uma grande concentração dos catadores de materiais recicláveis, se caracterizando como principal ambiente de trabalho do grupo ora analisado.

A Figura 1 apresenta a localização da cidade de Campina Grande, no contexto do estado da Paraíba, bem como, o ambiente do lixão municipal da supracitada cidade, estando este localizado na Alça Sudoeste, Rodovia BR-230, distante cerca de 8 km do centro urbano, ocupando uma área de 35 hectares.



**Figura 1:** Localização do Estado da Paraíba, destacando a cidade de Campina Grande e a localização do lixão Municipal. Fonte: PARAÍBA (2010 - adaptado).

Este ambiente recebe diariamente, cerca de 500 toneladas de resíduos, sendo estes decorrentes das mais variadas atividades, perfazendo uma média aproximada de 15.000 t/mês. O que, anualmente, representaria algo em torno de 180.000 t/ano<sup>2</sup>. No que se refere à geração *per capita*, pode-se dizer que a população de Campina Grande gera, diariamente, algo em torno de 1.297 kg/hab./dia<sup>3</sup> de resíduos, levando em consideração dados populacionais do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010). Ressalta-se que estes valores expressam uma estimativa, visto que estes estão diretamente relacionados com a

<sup>2</sup> As projeções referentes à geração de RSU foram realizadas tomando como referência a quantidade diária de resíduos gerados na cidade, multiplicado pelo período correspondente a um ano (365 dias), sendo posteriormente dividido pela quantidade de meses (12 meses).

<sup>3</sup> O cálculo utilizado para a obtenção da quantidade de RSU *per capita*, levou em consideração a quantidade diária de resíduos, multiplicado por 1000 (mil), dividido pela população total do município.

época do ano, poder de compra da população, dentre outros fatores que influencia direta e/ou indiretamente na geração de resíduos.

### **Procedimentos Metodológicos**

O presente trabalho se constitui em um estudo exploratório. Para tanto, recorreu-se ao método analítico-descritivo, como forma de alcançar os objetivos propostos. Como estratégia metodológica, fez-se uma pesquisa de gabinete, através de levantamentos bibliográficos; assim como uma pesquisa de campo, sendo utilizadas, como ferramentas de coleta de dados: a observação *in loco*; o questionário semi-estruturado, que teve por finalidade traçar o perfil das catadoras; e o registro fotográfico, sendo este utilizado como complementação metodológica para evidenciar a problemática em estudo.

Todos os dados obtidos através da aplicação dos questionários foram catalogados e analisados quali-quantitativamente para uma melhor compreensão do trabalho ora apresentado, buscando, por conseguinte, compreender até que ponto a população local é dependente da atividade da catação.

Em visita ao local da pesquisa, foram ouvidos 30 catadores(as) que desenvolvem suas atividades laborais no lixão municipal, sendo estes(as) escolhidos(as) aleatoriamente, bem como pela disponibilidade destes(as) em participar da presente pesquisa. Deste total, 20 era do sexo feminino, sendo este o público alvo da análise ora desenvolvida, o que em termos percentuais, representa 66,7% da amostra investigada. Tal seleção tem por objetivo analisar a inserção da mulher no mercado informal de trabalho, ressaltando as condições em que este é desenvolvido, bem como as expectativas destas em relação à atividade de catação dos recicláveis.

### **Considerações éticas**

Do ponto de vista da ética na pesquisa, e levando em consideração a Resolução 196/96 (BRASIL, 1996), estabelecida pelo Conselho Nacional de Saúde, a qual determina a apresentação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em pesquisas que envolvam seres humanos, destaca-se que os trabalhadores em foco foram informados da pesquisa, bem como da sua condição voluntária em participar desta e da

concordância com a publicação científica dos resultados por meio de assinatura do termo supracitado, sendo este também estendido para a exibição de imagens dos trabalhadores em seu exercício laboral, ainda que estas não permitam a identificação dos mesmos. Desse modo, como forma de resguardar estes profissionais, não será divulgado seus nomes, sendo a sua identidade preservada.

## **Resultados e discussões**

### **Conceituando violência e vulnerabilidade social: reflexões iniciais**

Na tentativa de compreender o universo de violência e vulnerabilidade em que se encontram os(as) catadores(as) de materiais recicláveis, faz-se extremamente oportuno trazer para a discussão as diversas conceituações a respeito da presente temática, afim de que esta abordagem possa contribuir para uma análise mais contextualizada da problemática em foco.

Nesta perspectiva, encontramos em Maffesoli (1987) diversas conceituações para definir o que vem a ser violência. De acordo com o autor, existem três modalidades de violência, as quais possuem características específicas de manifestação. A primeira é classificada como *violência dos poderes instituídos*, a qual está relacionada com a violência dos órgãos burocráticos, dos Estados, do Serviço Público, em que a planificação e o controle racionalizados da vida social são objetivos fundamentais da burocracia. O resultado é a criação de um aparelho administrativo que garantirá a gestão de seus meios centralizados. A segunda definição de violência refere-se à *anômica*, que na concepção do autor é uma *violência fundadora*, que mostra a capacidade que uma sociedade tem de identificar-se consigo própria, de estruturar-se coletivamente quando assume e controla a sua própria violência. Por fim, tem-se a *violência banal* como terceira modalidade de violência. De acordo autor esta manifestação de violência está associada a “resistência de massa”. Submissões aparentes podem representar resistências reais, desde que se considerem as atitudes que, tomadas em conjunto, tendem a quebrar ou pelo menos desviar as imposições da planificação social.

Buscando uma maior ampliação para definição e classificação dos termos violência, recorreremos a Chesnais (1981), como forma de complementar as discussões

aqui propostas. Na concepção do referido autor, existem várias conceituações de violência que deveriam ser organizadas segundo o seu custo social. O mesmo, igualmente a Maffesoli (op. cit.), utiliza três classificações para definição da violência. Assim sendo, pode-se apontar como a primeira, a *violência física*, inclusive sexual, que pode resultar em danos irreparáveis à vida dos indivíduos e exige a reparação da sociedade, mediante intervenção do Estado com medidas punitivas. Em seguida encontra-se a *violência econômica*, que se refere somente aos prejuízos causados ao patrimônio, à propriedade, resultantes de atos de delinquência como o vandalismo. Por último, apresenta-se a chamada *violência moral* ou *violência simbólica*, sendo esta voltada para o conceito de autoridade, possuindo um forte conteúdo subjetivo, de cunho bastante atual.

Diante do exposto, e como forma de aprofundar e enriquecer a definição para a *violência simbólica*, por acreditar na sua contribuição para o entendimento das discussões que o presente artigo se propõe, optou-se por trabalhar com o conceito formulado por Bourdieu & Passeron (2001), haja vista que os autores utilizaram do conceito de violência simbólica para descrever o processo pelo qual a classe dominante economicamente impõe sua cultura e interesses aos dominados. De acordo os autores, é desenvolvida a internalização desses referenciais nos subalternos, que reconhecem a necessidade desta dominação se colocando em um papel de subordinado e passivo.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que a violência simbólica se manifesta através da imposição dissimulada, tendo por base a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo. Dentro do contexto explicitado, convém afirmar, que tal situação se perpetua na medida em que o dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo. Tal fato pode estar relacionado à forma que este tipo de violência se apresenta, visto que esta não faz uso do que Chesnais (1981) classificou de violência física, o que dificulta a sua percepção, corroborando para a ampliação e reprodução de ações que envolvem questões relacionadas a atos concernentes a violência simbólica.

Associado às manifestações de violência, comuns às condições de trabalho e de vida dos catadores, uma vez que estas são evidentemente precárias e insalubres, observa-se outro agravante relacionado ao exercício da atividade de catação, perpassando este pela vulnerabilidade social, podendo a mesma se enquadrar dentro das



quatro condições que determinam a vulnerabilidade social propostas por Rodrigues *et al.* (1999), ao explicitar os mecanismos de exclusão. A *primeira*, de acordo com o autor, diz respeito à severidade das condições de trabalho: que no contexto estudado pode ser representado pelo trabalho desenvolvido ao ar livre, sujeito às variações climáticas; trabalho manual pesado ou violento, com consequências para a saúde física. A *segunda* se refere à segurança e à higiene do trabalho: sendo esta evidenciada por atividades as quais os trabalhadores se expõem a poluentes ou radiações, por exemplo, além de outros perigos como a proliferação de macro e micro vetores. As contrapartidas financeiras se constituem na *terceira* condição que, no caso em questão, são mínimas e variáveis. Por fim, apresenta-se a *quarta* condição, sendo esta específica as garantias sociais: o que pode se traduzir na possibilidade de acesso aos benefícios do sistema de saúde, educação, segurança social, entre outros, ressaltando a fragilidade dos trabalhadores pesquisados, uma vez que tais benefícios são praticamente inexistentes dentro do contexto social e de trabalho que estão inseridos.

### **O processo de globalização e o aumento da exclusão social**

Definindo-a de um modo sucinto, pode-se dizer que a globalização é a evolução histórica do sistema capitalista [...] está fortemente vinculada aos fatores determinantes do intercâmbio econômico, que se intensificou nos últimos anos. Esses fatores têm afetado até os conceitos convencionais de soberania das nações e a perda de poder dos governos (CAVALCANTI & OLIVEIRA, 2002, p.104).

O termo globalização surgiu após o ano de 1990, quando a internacionalização do capital, a extensão do comércio de mercadorias e serviços e a grandiosa expansão (geográfica e econômica) das empresas transnacionais tomaram extensões ditas como globais. A partir desse momento o cenário mundial tomou conhecimento desse grande fenômeno que eliminou fronteiras e uniu povos, no sentido da agilidade na circulação de mercadorias, pessoas e informações.

Os avanços tecnológicos, particularmente nos transportes e comunicações, fazem com que os fluxos econômicos se intensifiquem extraordinariamente, promovidos, sobretudo pelas grandes empresas transnacionais e pelo capital financeiro (as aplicações financeiras são transferidas entre as bolsas de valores em questão de segundos). A

globalização fez surgir à sociedade da tecnologia e da informação, que exige profissionais cada vez mais capacitados tecnicamente, prontos para ingressar em relações produtivas de concorrência internacional.

Esse processo tem como principais características a expansão dos fluxos que “nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo” (SANTOS, 1997, p.77) dos investimentos estrangeiros diretos e das transações financeiras internacionais, bem como da estruturação de blocos econômicos regionais como força polarizadora.

Todo esse processo faz com que a “nação ativa”<sup>4</sup> (detentora do poder geopolítico) exerça uma influência direta sobre o desenvolvimento, ou não, da “nação passiva”. Esse processo, apesar de muito complexo, no entanto, é inteiramente reversível, no sentido de que a atual dê lugar a uma outra globalização. “Uma outra globalização supõe uma mudança radical das condições atuais, de modo que a centralidade de todas as ações seja localizada no homem” (SANTOS, 2006, p. 147).

Nesse sentido, essa “outra globalização” idealizada por Milton Santos, estaria fundamentada em que a centralidade das preocupações deixaria de ser apenas o lucro cada vez maior e passaria a ser o homem, momento esse, em que as empresas dar-se-iam conta de que não se pode apenas tirar, às vezes deve-se também “doar”, e o modo mais correto e eficaz de se fazer isso é através da responsabilidade social. No entanto, esse processo é tema responsável de muitos debates, já que no sistema capitalista “o objetivo da atividade econômica é o lucro” (DIBO, s/d, p.42). Sendo ainda reforçado por, Brum (2000, p. 30/32) quando afirma que:

Capitalismo é o sistema econômico baseado na supremacia do capital sobre o trabalho [...] A adesão pelo lucro máximo provoca a concentração da propriedade, da riqueza e da renda. Deixando livremente aberto o caminho, instala-se a exploração dos trabalhadores, para reduzir custos e triunfar na concorrência.

Complementando os dizeres de Brum (op. cit.) Bauman (2010, p. 8/9) discorre sobre o sistema econômico capitalista, afirmando que:

---

<sup>4</sup> Os termos nação ativa e nação passiva foram usados por Milton Santos em seu livro: Por uma Nova Globalização: Do Pensamento Único a Consciência Universal, 2002.

[...] capitalismo é um sistema *parasitário*. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência (grifo do autor).

Por ser o Brasil um dos campeões de má distribuição de renda do mundo, a questão do desemprego ganha mais ênfase, pois, percebe-se que poucos encontram oportunidades de sobrevivência “digna” e de exercerem seus direitos de cidadão.

Para Santos (2003, p.85), “a cidadania funciona como um dique diante da agressividade das relações externas típicas da globalização”. Distanciando cada vez mais os ricos e os pobres, criando uma grande distorção e transformando os cidadãos em consumidores, roubando seus direitos fundamentais para uma convivência digna e harmoniosa em sociedade, prevalecendo, dessa forma, o seu poder de compra e aquisição de bens materiais e por muitas vezes supérfluos, estes influenciados pelo poder desta globalização desmedida. O que é ratificado por Santos (2003, p.141) quando afirma que:

A vontade dessa globalização perversa a que estamos assistindo é reduzir o papel do cidadão. É transformar todo mundo em consumidor, usuário e, se possível, coisa, para mais facilmente se inclinar diante de soluções anti-humanas.

O consumismo desenfreado dos dias atuais é um agente acelerador do individualismo em larga escala. Destruindo a vida em sociedade e tornando o indivíduo um ser isolado em sua própria comunidade. Segundo Santos (1987, p.35):

A glorificação do consumo se acompanha da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania. Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se reconhece como distinto, a partir da desigualdade entre todos.

Os reflexos do avanço da globalização no processo de desigualdades sociais e expropriação dos direitos do cidadão são observados por Santos & Cavalcanti (2004), quando afirmam que:

Desde então com a divulgação da ideologia do Estado enfraquecido e subordinado ao mercado, pela intensificação da sociedade de consumo, pelo individualismo, o cidadão aparece como o consumidor, o usuário e o proprietário. Com o novo Estado, agora mediador das transações financeiras

do mercado não mais como o provedor de direitos sociais – e com a ideologia dominante de democracia, o conceito da cidadania entra em paradoxo, pois o sentido da participação, do direito às necessidades básicas de sobrevivência, cultura, lazer, confronta-se com a dinâmica excludente que o sistema impõe ao privatizar o direito, aumentar as desigualdades sociais e econômicas e fortalecer as instituições de controle.

Ao analisar a influência do processo de globalização nas relações sociais, principalmente no que se refere à expansão do consumo, que se encontra em pleno processo de ascensão (haja vista toda a facilidade de compra observada nas últimas décadas, por exemplo, o que vem impulsionando o setor produtivo de modo a atender a demanda cada vez maior), percebe-se, como reflexo desta relação (globalização/exclusão social), o surgimento de novas modalidades de emprego, sendo estas, em sua maioria, caracterizada pela sua informalidade ou ilegalidade, sendo tais questões desenvolvidas no item subsequente.

Desse modo, assiste-se a uma verdadeira luta pela sobrevivência, em um mundo dominado pelo valor do capital, onde a disparidade social se torna cada vez mais gritante. Em um mundo globalizado e sem condições de competir igualmente, com um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, a informalidade surge como única alternativa de sobrevivência para milhares de famílias brasileiras, a exemplo da categoria ora analisada, qual seja, os catadores de material reciclável.

### **Ampliação do trabalho informal: criação de estereótipos e preconceitos**

Uma grande parte da população brasileira encontra-se em condições de extrema pobreza, estruturalmente enraizada e atualmente agravada com a crise do desemprego. Diante de um quadro, onde apenas os profissionais qualificados conseguem ingressar no mercado de trabalho (cada vez mais concorrido), fica evidente que a outra parcela precisa procurar outros meios para sua sobrevivência e de sua família.

Efetivamente, as transformações nas condições e nos vínculos de trabalho, bem como no *status* do assalariado, tendem a quebrar as trajetórias de identificação social e de integração comunitária, gerando novas formas de vulnerabilidade social. Ao ser excluído do mercado de trabalho, um indivíduo pode ser levado não somente à privação material, como também à limitação de seus direitos e à fragilização psicológica, o que

tem implicações variadas sobre sua autoestima e sua autodeterminação (MARTINS, 2005, p. 66).

Nesta perspectiva, observa-se uma ampliação cada vez maior da população que buscam, na informalidade e na ilegalidade, uma forma de subsistência. Fato este que vem chamando a atenção de diversos seguimentos da sociedade civil organizada, de modo a procurar entender este fenômeno e suas implicações na dinâmica urbana atual.

Objetivando uma maior reflexão sobre a temática, Maia (1999) conseguiu levantar alguns fatores que podem ser considerados como propulsor/motivador para a ampliação da informalidade e ilegalidade. Dentre as causas levantadas, cabe destacar: o progresso tecnológico (OLIVEIRA, 1998); a transferência de parte da atividade produtiva para o mercado externo (IDEM); a deficiência da formação dos trabalhadores (GRZYBOWKI, 1998; URANI, 1998; OLIVEIRA, op. cit.; AMADEO, 1998); as políticas de privatização e enxugamento do setor público de serviços (OLIVEIRA, op. cit.); o acirramento das desigualdades sociais (MNMMR/IBASE/NEV-USP, 1992), dentre outros (*apud* MAIA, 1999, p.3).

Tais fatores, conforme mencionado por Maia (op. cit.), mobilizaram um grande contingente populacional que, independentemente da causa, buscaram no setor informal uma forma de se sentirem 'incluídos' dentro do mundo do trabalho, mesmo que este seja precarizado e, por vezes, estigmatizado. Tomando como referência Marcuse *apud* Martins (2005, p.66):

Uma definição de setor informal, utilizável para a adoção de políticas públicas, deve contemplar as atividades onde os trabalhadores estão sujeitos a um nível socialmente inaceitável de compensação e de segurança e que poderiam ser conduzidas de maneira mais eficiente, deixando de ser econômica e socialmente prejudiciais.

Ainda sobre a conceituação de trabalho informal, cabe registrar que, conforme ressaltado por Maia (1999), apesar desta atividade “não ser regida por uma ordem jurídica” não pode ser utilizada como sinônimo para a atividade ilegal, visto que existem grandes diferenças entre ambas, e mesmo no interior de cada um desses ramos (informalidade e ilegalidade). Como forma de melhor compreender o universo da informalidade, Oliveira (1998, p. 14-15), afirma que:

O espaço informal é fortemente diferenciado. Ele se apresenta como um “continuum” tendo, em um de seus polos, ocupações as mais rudimentares, como a dos “flanelinhas” de rua; passa pela atividade de profissionais liberais e alcança, no polo oposto, a ponta mais sofisticada dos serviços técnicos e financeiros, como é o caso de inúmeras microempresas no campo da informática e consultoria; ou daqueles relacionado ao consumo dos grupos de mais alta renda, como é o caso de outras tantas produção e comercialização de móveis, roupas, acessórios, joias de grife, banquetes, obras de arte etc. (*apud* MAIA, 1999, p. 4).

Complementando as considerações sobre o setor informal e ilegal, Oliveira (*op. cit.*), acrescenta que é bastante comum que tais interpretações versem, prioritariamente, sobre os trabalhadores de rua e os traficantes, respectivamente, visto que estas atividades se apresentam como a face mais visível de ambos os setores. Conseqüentemente, é difundida a visão de que a economia informal caracteriza-se pela “baixa escolarização, baixa qualificação profissional, baixa produtividade, baixa renda”, tornando-se “sinônimo de pobreza e refúgio daqueles que não conseguem entrar ou permanecer no setor formal” (OLIVEIRA, 1998, p.14 *apud* MAIA, 1999, p. 4).

Como forma de contornar toda problemática relacionada à exclusão social e acesso ao mercado formal de trabalho, a informalidade surge como alternativa de sobrevivência. Com isso, a população que se encontra à margem do modelo econômico desenvolvimentista implantado na atualidade, tenta retomar suas vidas de uma forma mais digna, mesmo que este trabalho, na maioria das vezes, seja desenvolvido de forma desumana, a exemplo dos catadores de material reciclável, que retiram seu sustento dos resíduos despejados nas centenas de “lixões” espalhados pelo Brasil, ou nas ruas das cidades. De acordo com Santos B. (2002, p. 375):

A estas pessoas é atribuindo o *status* mais baixo entre os pobres urbanos e economicamente são os mais pobres entre os pobres. Muitos destes coletores e lixo são mulheres e crianças. Eles vagam pelas ruas a pé, procurando lixo, que colocam dentro de sacos que transportam. Deixam suas casas ao amanhecer, andando vários quilômetros todos os dias, completando ao fim da tarde. Seus instrumentos de trabalho são um saco para coleta e uma vara para espetar e remexer o lixo. No trabalho, correm vários riscos: ficam com cortes e ferimentos produzidos por objetos cortantes e pedaços de vidros ou contraem, no lixo, alergias de pele causadas por lixo químico. Depois de terminada a coleta do dia, os coletores separam os materiais, vendidos aos comerciantes. O que recebem como pagamento pela coleta é muito pouco, vivendo estas pessoas no limite da pobreza.

Diante das conceituações em torno da informalidade e ilegalidade, faz-se oportuno ressaltar que os catadores, apesar de desenvolverem uma atividade estigmatizada por

muitos, não se encontram dentro da ilegalidade, conforme colocado por Abreu (2001), estes trabalhadores são miseráveis, semianalfabetos e, embora marginalizados<sup>5</sup>, não são marginais. São pessoas que trabalham em condições extremamente adversas, num ambiente de alto risco.

Situação esta corroborada por Gonçalves (2003), que vai além na sua definição para a atividade de catação dos recicláveis, e, por conseguinte, do papel do catador, quando a autora ressalta a importância destes trabalhadores para a gestão ambiental urbana, ao afirmar que a municipalidade e a sociedade encontram no catador a solução para dois grandes problemas: o desvio da destinação em lixões e aterros controlados ou sanitários de resíduos recicláveis; e a diminuição da exclusão social, já que, através da catação, estes indivíduos, organizados ou não, encontram uma renda e um lugar, com alguma dignidade, na sociedade. Aqui se observa que foi feita uma escolha entre o trabalho informal e a criminalidade.

### **O universo de catação como alternativa para geração de emprego e renda**

Tomando-se outro aspecto da questão das mudanças no mundo de trabalho, conforme ressaltado anteriormente, pode-se apontar o aumento acelerado do setor informal em relação ao setor formal da economia.

Nesta perspectiva, e levando em consideração o consumo exacerbado evidenciado na atualidade, um dos mercados que vem demonstrando bastante promissor, é o de materiais recicláveis, uma vez que estes se encontram presentes em diversos artigos adquiridos pela sociedade consumista, bem como, pela necessidade de reintrodução desses materiais no processo produtivo, haja vista a escassez de recursos naturais e a busca pela sustentabilidade, tão propagada atualmente.

Pelo exposto, a introdução na atividade de catação de materiais recicláveis acaba sendo o único meio de sobrevivência para milhares de famílias. De acordo com Calderoni (2003) as perspectivas dos catadores de rua e dos carrinheiros são limitadas pela situação de clandestinidade ou de semiclandestinidade em que eles se encontram, constituindo-se sua atividade em uma alternativa à marginalidade.

---

<sup>5</sup> A palavra marginal refere-se a indivíduos que estão à margem, ou seja, que não participam da sociedade, da economia, da saúde, apresenta várias definições, desde as que se preocupam com a origem e definição corretas desta, objetivando a descrição da realidade, até as mais rudes (PERLMAN, 2002).

Devido à grande concorrência vivenciada no mercado de trabalho, conforme ressaltado por Santos (2006, p. 46) quando afirma que: “há, a todo custo que vencer o outro, esmagando-o, para tomar o seu lugar”, o mercado exige cada vez mais qualificação dos trabalhadores, o que acirra a competitividade e quem não consegue vencer esta “batalha” termina por ficar de fora do mercado de trabalho formal.

Para Milton Santos esta concorrência e busca constante por *status* social, onde o valor econômico é maior que o valor humano, a compaixão e solidariedade faz aumentar a desigualdade social do País, conforme explicitado a seguir:

Essa nova lei do valor – que é uma lei ideológica do valor – é uma filha diletta da competitividade e acaba por ser responsável também pelo abandono da noção e do fato da solidariedade. Daí as fragmentações resultantes. Daí a ampliação do desemprego. Daí o abandono da educação. Daí o desprezo a saúde como um bem individual e social inalienável. Daí todas as novas formas perversas de sociabilidade que já existem ou se estão preparando neste país, para fazer dele – ainda mais – um país fragmentado, cujas diversas parcelas, de modo a assegurar sua sobrevivência imediata, serão jogadas umas as outras e convidadas a uma batalha sem quartel (SANTOS, 2006, p. 48).

De acordo com o coordenador de comunicação do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis – MNCR, o Brasil possui cerca de 600 cooperativas formais, as quais agregam aproximadamente 40 mil catadores. Entretanto, o número de profissionais pode ser bem maior, chegando a totalizar, em média 800 mil catadores que realizam suas atividades de forma individual, principalmente nos lixões municipais (MNCR, 2011). Por se constituir em uma das formas de destinação final de resíduos mais comuns dos centros urbanos, este ambiente representa uma via direta de contaminação, principalmente para os catadores, haja vista ser este o local de desenvolvimento da atividade de catação de maior expressão, quando comparado aos catadores que a realizam nas ruas das cidades.

Diante do exposto, não se pode negar que a atividade desempenhada pelos catadores torna-se, a cada dia, mais expressiva diante das condições de exclusão social presenciadas na atualidade. Tamanha representatividade fez com que a atividade em foco fosse reconhecida como uma nova categoria de trabalho pelo Ministério do Trabalho através do Decreto 397, publicado no Diário Oficial da União em 10 de outubro de 2002, sendo sua atividade identificada como ocupação brasileira, sob o



código 5192-05, recebendo como denominação o seguinte título: “Catadores de Materiais Recicláveis” (BRASIL, 2002).

No que refere-se à realidade da cidade de Campina Grande/PB, alvo da presente pesquisa, informa-se que, de acordo com conversas informais<sup>6</sup>, cerca de 450 catadores retiram sua sobrevivência do lixão municipal. Desde total, em média, 50 são de crianças e adolescente que desenvolvem a citada atividade junto com os pais como forma de complementação da renda familiar. Afora os catadores do lixão municipal, existem os que realizam suas atividades nos bairros, assim como no centro da cidade, perfazendo uma média de 100 pessoas. Estima-se que, devido à mobilidade da profissão, a ausência de um cadastro atualizado, bem como a informalidade com que estes desenvolvem a atividade, esses números possam ser bem mais expressivos.

Quanto aos catadores(as) alvos da presente pesquisa, observou-se que estes são oriundos de diversos pontos da cidade, conforme evidenciado na Tabela 1, mas principalmente das áreas periféricas, a exemplo do bairro do Mutirão, que concentra a maior parcela dos atores investigados, o que pode estar relacionado ao fato de o lixão municipal se encontrar instalado nas imediações do bairro, podendo ser um forte atrativo para os moradores daquela localidade.

**Tabela 1:** Origem por bairro dos catadores (as) do lixão municipal de Campina Grande/PB.

Localidade	Número de Catadores(as)	%
Mutirão	15 (quinze)	50%
Bairro das Cidades	04 (quatro)	13,4%
Lixão	07 (sete)	23,4%
Catingueira	02 (dois)	6,6%
José Pinheiro	01 (um)	3,3%
Bodocongó	01 (um)	3,3%
<b>TOTAL</b>	<b>30 (trinta)</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta.

Muitas dessas pessoas nunca tiveram oportunidade de se aperfeiçoar, tendo apenas uma escolha: ou estudam para se qualificar e ingressar no concorrido mercado de trabalho ou trabalham para garantir o sustento de sua família, não é muito difícil

<sup>6</sup> Informações obtidas em conversas realizadas com representantes da Secretaria Municipal de assistência Social; com a presidente da Cooperativa de Catadores COTRAMARE; assim como com responsáveis pelo Projeto Esperança, que desenvolve trabalho junto aos catadores da cidade.

saber qual é a escolha da maioria dessas pessoas. Fato que pode ser justificado por Conceição (2005, p.17) ao afirmar que:

A exclusão social em que se encontram bilhões de seres humanos, provocada pelo próprio sistema capitalista, concentrador e criador de uma reserva de mão-de-obra com o objetivo de controlar salários, têm levado à formação de um exercito de pessoas que trabalham e vivem do lixo urbano no mundo todo.

Devido à falta de qualificação desses catadores fica evidente a realidade vivenciada pela grande parcela da população carente do Brasil, que depende de subempregos para garantir, ao menos, a alimentação. A Tabela 2, elaborada com dados de 30 catadores(as) arguidas no lixão de Campina Grande demonstra essa inadimplência educacional.

**Tabela 2:** Nível de escolaridade dos catadores(as) do lixão municipal de Campina Grande/PB.

Escolaridade	Número de catadores(as)	%
Analfabeto	08 (oito)	26,6%
1ª Fase do Fundamental Completa	05 (cinco)	16,7%
1ª Fase do Fundamental Incompleto	11 (onze)	36,7%
Ensino Fundamental Completo	01 (um)	3,3%
Ensino Fundamental Incompleto	05 (cinco)	16,7%
<b>TOTAL</b>	<b>30 (trinta)</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta.

Analisando os dados apresentado na Tabela 2, a qual ressalta a ausência de formação educacional por parte dos catadores de materiais recicláveis, pode-se inferir que esta condição reflete diretamente na exclusão dessas pessoas do setor formal da economia, dada a ausência de qualificação profissional, ficando estes relegados a outras formas de prover sua subsistência. De acordo com Abreu (2001), os catadores dos lixões e das ruas das cidades são partes desse contingente de destituídos de padrões mínimos de vida e de meios dignos de sobrevivência no nosso País.

Na concepção de Monteiro (2001), a catação no “lixo”, assim como na rua, não é apenas um sintoma da crise econômica pela qual o Brasil tem passado; é também uma opção de vida para milhares de brasileiros. Muitos não conhecem outra forma de viver, tendo sido criados em barracos em volta do lixão, o que faz com que, com o seu fechamento, cesse um fluxo importante de receitas, criando transtornos para a

comunidade que nele vive e no qual sobrevive. Tal situação é contextualizada por Dias & Salgado (1999, p. 9), quando os autores afirmam que:

A resposta dos catadores ao fechamento de um lixão pode ser violenta, já tendo ocorrido casos, no país, de depredação de caminhões de lixo que tentaram entrar na área do antigo lixão que foi transformado em aterro sanitário. Para evitar tais problemas, é necessário estudar o perfil dos catadores e as maneiras de facilitar a sua transição para uma vida fora do lixão, considerando-os como parte da problemática e buscando soluções que apresentem no seu bojo a premissa de integração deste extrato social na política de gerenciamento do lixo.

Esses indivíduos estão produzindo e seu trabalho deve ser valorizado e atendido nas suas necessidades para o desenvolvimento e a expansão do serviço prestado informalmente à municipalidade e a sociedade. Caso contrário, o problema ambiental e o da exclusão social, que tangenciam a questão da destinação de resíduos, serão colateralmente agravados (GONÇALVES, 2003, p.94).

No que se refere aos aspectos econômicos relacionados à atividade de catação, cabe registrar que o catador é o sujeito mais importante no ciclo da cadeia produtiva de reciclagem, uma vez que é ele quem está na ponta do processo produtivo, fazendo cerca de 90% de todo o trabalho. Contudo, o catador é quem menos ganha, mesmo sendo responsável por cerca de 60% de todos os resíduos que são reciclados atualmente no Brasil. Apesar de sua contribuição para a cadeia produtiva, o catador vive na miséria, nas ruas e nos lixões por todo o Brasil (MNCR, 2011).

Além de todos os problemas evidenciados, que dificultam o exercício desta atividade econômica de forma digna, ressalta-se, dentre outros aspectos, a importância desses catadores para a manutenção do meio ambiente urbano. Apesar disso, ainda se observa o repúdio que muitos sentem para com as pessoas que exercem tal atividade. Sendo reservada para estes trabalhadores, a criação de estereótipos e preconceito, uma vez que estes lidam diretamente com os restos que a sociedade de consumo gera diariamente e descartam este material como sendo sem importância e serventia.

### **A inserção da mulher no mercado de trabalho: a persistência das desigualdades**

Para Méndez (2005) a elaboração de um discurso feminista está intimamente associada às mudanças ocorridas, principalmente a partir da Segunda Revolução

Industrial, que trouxeram consigo transformações na divisão sexual do trabalho, em consequência de uma maior inserção feminina no trabalho considerado produtivo. Assim, parte-se do princípio de que o avanço do capitalismo e o conseqüente ingresso das mulheres no mundo do trabalho colaboraram para desestabilizar a divisão entre mundo público (reservado para os homens) e o privado (lugar das mulheres).

Ainda de acordo com a autora supracitada, dessa forma, é possível afirmar-se que o avanço do sistema capitalista incidiu para estruturar relações sociais de gênero. A Revolução Industrial utilizou-se em larga escala, da mão-de-obra feminina diante da possibilidade de uma maior extração da mais-valia. Esse processo acentuou a exploração da mulher na sociedade, pois o capitalismo evidenciou para o âmbito do mundo público a discriminação que as mulheres enfrentam no mundo privado.

Dados recentes reforçam as disparidades existentes quando o assunto é a ocupação da população brasileira, sendo possível observar, no ano de 2011, que 43,3% das mulheres maiores de 10 anos faziam parte da População Economicamente Ativa - PEA. Deste total, 42,2% estavam ocupadas no momento da pesquisa, com uma taxa de desocupação de 9,1%, enquanto para o sexo masculino este percentual de desocupação era de 4,9%. A situação pode ser agravada a depender da região do País, no caso da região Nordeste, os valores da desocupação feminina equivalem a 10,9% e 5,7% para os homens (IBGE, 2011).

Quando o assunto é o rendimento médio mensal de trabalho, essas diferenças permanecem, visto que o ganho dos homens que se encontram ocupados foi de R\$ 1.417,00 enquanto o das mulheres ocupadas foi de R\$ 997,00. Proporcionalmente, as mulheres recebiam 70,4% do rendimento de trabalho dos homens. Em 2009, a proporção era de 67,1%. No ano de 2011, enquanto 22,1% dos homens ocupados recebiam até 01 salário mínimo, para as mulheres este percentual era de 31,4%. Além disso, havia proporcionalmente mais mulheres ocupadas sem rendimentos ou recebendo somente em benefícios (10,0%) do que homens (5,8%) (IDEM).

Analisando a situação do estado da Paraíba, é possível constatar a reprodução observada em nível nacional no que concerne a ocupação da população. Apesar de um pequeno avanço na participação feminina em idade ativa na composição da taxa de atividade do estado, esta ainda está aquém do que poderia ser considerado um processo igualitário, o que poder ser percebido nos números apresentados na Tabela 3.

**Tabela 3:** Taxa de atividade, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por situação de domicílio e sexo no estado da Paraíba (2009 e 2011)\*.

Ano	Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)								
	Total	Homens	Mulheres	Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2009	53,0	67,4	39,8	52,7	65,4	41,5	54,1	73,7	32,8
2011	55,1	68,7	43,2	53,7	66,6	42,9	61,6	77,3	45,1

Fonte: IBGE (2009/2011 – adaptado).

\*Dados referentes à semana em que a PNAD foi realizada nos anos de 2009 e 2010.

Os dados contidos na Tabela 3 evidenciam todo um sistema de exclusão social relegado às mulheres há décadas, podendo tal situação ser justificada por Chiavassa (2004, p. 31), quando a autora, em suas argumentações, afirma que:

Os mecanismos de poder são arcaicos e tão velhos como o mundo, e apenas reproduzem o sistema de exclusão reservado as mulheres. Todavia, o pleno exercício da cidadania significa não só o direito à representação, à voz e à vez na vida pública, mas também à dignidade na vida cotidiana, ao direito à educação, à saúde, à segurança, a vivência familiar sem traumas.

Baseando-se no pensamento explicitado pela autora supracitada, pode-se afirmar que a negação desses direitos, resulta na violação do exercício pleno da cidadania, configurando-se, dessa forma, em uma violência, sendo esta muitas vezes velada, tendo em vista que vivemos em uma sociedade preconceituosa, sendo a acessão feminina, muitas vezes subjugada, uma vez que se incutiu no processo das relações sociais que a mulher só caberia à realização dos afazeres domésticos. Fato este que se enquadra dentro das especificidades retratada por Bourdieu & Passeron (2001) quando da definição para a violência simbólica, em virtude, justamente, do seu caráter de submissão, opressão e passividade.

Por esse motivo, observa-se a perpetuação desses estigmas, onde existe uma inferiorização do trabalho feminino em detrimento do trabalho masculino, fato que reforça e ressalta o processo de desigualdades como destacado por Chiavassa (2004, p. 32) ao afirmar que: “nesse cenário cruel, ser mulher constitui um fator a mais no mapa da desigualdade”.

Tomando por base as colocações de Sobral *et. al.* (2009), a criação de parâmetros para delinear quem são os sujeitos reconhecidos e os que não o são, se faz de maneira completamente deliberada. Como estamos falando de uma sociedade capitalista, as

regras básicas do reconhecimento giram em torno de aspectos financeiros, do lucro, do consumo. Aqueles que não conseguem se inserir na lógica do capital e, conseqüentemente, não conseguem atender aos apelos que circundam a ótica consumista por ele imposta, tornam-se invisíveis aos olhos da sociedade. Gachet (2009), sobre o processo de invisibilidade, acrescenta que existe ainda outra perspectiva para pensa-lo, estando este atrelado à falta de reconhecimento social, aquilo que nos torna visíveis perante a sociedade. De acordo com o autor, é importante para a espécie humana se sentir valorizada e parte integrante do meio em que vive.

Corroboro com o pensamento de Sobral *et. al.* (op. cit.), quando as autoras afirmam que os(as) catadores(as) de materiais recicláveis compõem uma categoria que se vê contundentemente perpassada por esse processo de invisibilização social, tanto na ótica atrelada ao consumo, quanto no que se refere ao reconhecimento social. Apesar do evidenciado crescimento da atividade observado nos últimos anos, conforme demonstrado anteriormente, este não refletiu no reconhecimento social desses profissionais, que carregam consigo um histórico de grave exclusão social. Tal situação pode estar relacionada ao fato de a atividade de catação de materiais recicláveis estar marcada por estigmas e se dá no nível da informalidade.

No que se refere aos estigmas da atividade de catação, os mais evidentes são a associação do(a) catador(a) com o próprio “lixo”, aqueles(a)s que sobrevivem das sobras, além da noção deturpada de considerá-lo(a) pessoas perigosas que devem ser mantidos(as) à distância. O fato do trabalho de catação se dar na esfera informal, sem qualquer mecanismo de profissionalização, ajuda a manter esses mitos no imaginário social (SOBRAL *et. al.*, 2009, p. 2). Fato este que pode ser relacionado, direta ou indiretamente, a um ato de violência simbólica, caracterizando-se por um constrangimento moral do indivíduo, através da sua negação enquanto cidadão e profissional, não reconhecendo da sua importância para a manutenção do ambiente urbano, assim como para a sócio-economia local.

### **A realidade das mulheres catadoras de materiais recicláveis da cidade de Campina Grande/PB.**

Conforme apresentado anteriormente, a amostra utilizada para realização da presente pesquisa foi composta por 20 catadoras de material reciclável que realizavam suas atividades laborais no interior do lixão municipal de Campina Grande/PB. De acordo com a pesquisa de campo, as catadoras possuem de 14 a 60 anos de idade. Muitas dessas mulheres catam “lixo” desde criança, tendo iniciado nesta atividade para ajudar seus pais na renda familiar, permanecendo neste ambiente – o lixão, até os dias de hoje, conforme demonstrado na Tabela 4.

**Tabela 4:** Ocupação anterior das catadoras do lixão municipal de Campina Grande/PB.

Tipo de Atividade	Número de Catadoras	%
Doméstica	04 (quatro)	20%
Roçado	01 (uma)	5%
Nunca Trabalhou Antes	15 (quinze)	75%
<b>TOTAL</b>	<b>20 (vinte)</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta.

Os motivos pelos quais fizeram com que essas mulheres escolhessem a atividade de catação de materiais recicláveis como forma de subsistência pode ser justificado pela ausência ou baixa escolaridade das entrevistadas, haja vista que apenas uma catadora possuía o Ensino Fundamental Completo, as demais ou são analfabetas ou não concluíram as etapas de ensino, fator este considerado extremamente relevante numa economia capitalista, onde impera a concorrência no mercado formal de trabalho, fazendo-se indispensável à qualificação profissional.

Nesta perspectiva, sem uma devida qualificação, essas catadoras seguem no exercício da coleta dos recicláveis, como observado na Tabela 5, estando à maior representatividade das entrevistadas (45%) desenvolvendo a atividade de 05 a 10 anos.

**Tabela 5:** Tempo de serviço na atividade de catação com respectivo número de catadoras de materiais recicláveis do lixão municipal de Campina Grande/PB.

Tempo na Atividade	Número de Catadoras	%
01 a 05 anos	05 (cinco)	25%
05 a 10 anos	09 (nove)	45%
10 a 15 anos	02 (duas)	10%
15 a 20 anos	02 (duas)	10%
20 a 25 anos	01 (uma)	5%
25 a 30 anos	01 (uma)	5%
<b>TOTAL</b>	<b>20 (vinte)</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta.

Estas catadoras, em sua maioria, são chefes de família, o que aumenta a responsabilidade destas mulheres, uma vez que depende apenas dela o sustento de seus filhos e da casa, configurando-se, dessa forma, em uma tripla jornada de trabalho, uma vez que cabe a essas trabalhadoras a responsabilidade pela educação dos filhos, a organização do lar, bem como, a busca de proventos para a manutenção da família.

No tocante a renda individual, foi possível constatar, na pesquisa de campo realizada, uma diferenciação do rendimento quando analisado o ganho com a revenda dos recicláveis por parte mulheres, que semanalmente representa um montante de R\$ 30,00 a R\$ 40,00; em detrimento do valor recebido pelos homens, correspondendo a uma variação semanal de R\$ 40,00 a 60,00. Tal diferenciação corrobora para o agravado das desigualdades de gênero, refletindo diretamente na ampliação das vulnerabilidades, fragilidades e precariedades inerentes a atividade de catação, bem como ao fato de esta ser realizada por uma mulher, como ressaltado por Sobral *et. al.* (2009, p.4): “o fato de ser mulher, em si, já traz consigo uma série de questões complexas, pautadas em estruturas patriarcais. Quando se é mulher e catadora, particularidades dessa desigualdade que se mostra entre homens e mulheres no âmbito social se tornam ainda mais evidentes”.

Ainda no que se refere aos rendimentos das catadoras, faz-se oportuno ressaltar que a atividade de coleta dos recicláveis é desenvolvida de maneira totalmente individualizada, sendo esta realizada, por 70% das catadoras entrevistadas, seis dias por semana, numa jornada de oito horas diárias. Tais informações se tornam extremamente relevantes, visto que o tempo dedicado à atividade de catação reflete diretamente no orçamento familiar, haja vista que quanto maior a quantidade de recicláveis coletadas, maior, conseqüentemente, o ganho com a revenda do material. Nesta perspectiva, a diferença de renda pode estar associada, primeiramente, a diferenciação de gênero, bem como a fatores relacionados à esfera privada, como já fôra explicitado.

Como forma de complementação da renda familiar, já bastante sacrificada, observou-se, *in loco*, a inserção de crianças na atividade de catação<sup>7</sup>. A presença dos filhos na execução da atividade foi justificada pelas mães como forma de auxiliar na renda familiar, através do aumento da quantidade de resíduos recicláveis coletados.

---

<sup>7</sup> Sobral *et. al.* (2009) em pesquisa realizada com catadores(as) de materiais recicláveis em bairros de Campina Grande/PB, constatou outros fatores para a ocorrência de crianças acompanhando suas mães, a saber: Pelo fato das crianças lhe fazerem companhia ou Por não ter com quem deixar os filhos.



Dessa forma, constatou-se que 75% das catadoras pesquisadas afirmaram que possuem filhos no exercício da atividade de catação dos materiais recicláveis encontrados no lixão. Cabe registrar que muitas dessas crianças são assistidas por programas do governo federal, a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, o que não as impedem de realizar a supracitada atividade.

Um dos motivos pelos quais observa-se a presença do trabalho infantil no ambiente do lixão municipal, pode estar relacionado à desestruturação familiar, o que pode ser percebido com os dados constantes na Tabela 6, que destaca o estado civil das catadoras, como forma que compreender o motivo pelo qual estas buscaram inserir seus filhos na atividade que exercem.

**Tabela 6:** Estado civil das catadoras de materiais recicláveis do lixão municipal de Campina Grande/PB.

Estado Civil	Número de Catadoras	%
Casada	03 (três)	15%
União Informal	04 (quatro)	20%
Solteira	05 (cinco)	25%
Separada	08 (oito)	40%
<b>TOTAL</b>	<b>20 (vinte)</b>	<b>100%</b>

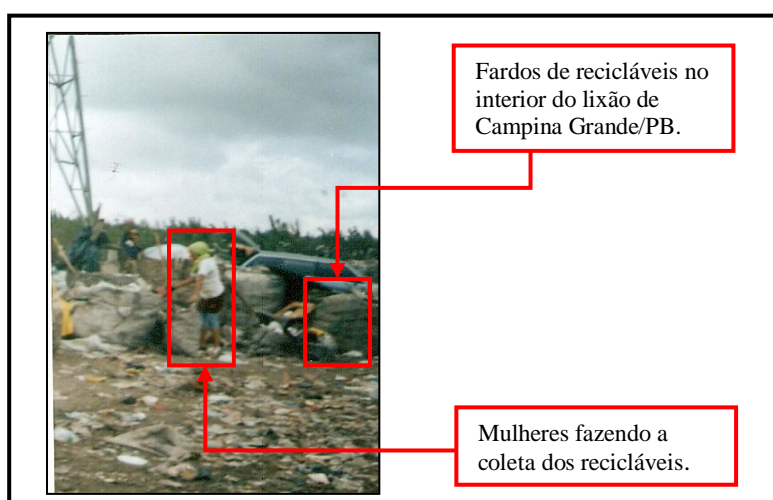
Fonte: Pesquisa Direta.

Analisando os dados da Tabela 6, ressalta-se a situação de vulnerabilidade a que estas catadoras estão expostas, haja vista que a maioria destas, 13 mulheres, são as responsáveis diretas pelo sustento da família, sendo estas solteiras ou separadas, fato que redobra a responsabilidade da atividade exercida, uma vez que representa a principal fonte de renda familiar<sup>8</sup>. Tal constatação pode ser melhor fundamentada a partir das colocações de Martins (2005, p. 69):

Nesse sentido, há que se considerar o fenômeno da **feminização da pobreza**, que acompanha os processos de globalização, reestruturação produtiva e precarização do trabalho, com a concomitante vulnerabilização de grupos específicos da sociedade, dentre eles as mulheres. O aumento da vulnerabilidade social da classe trabalhadora atinge, pois, principalmente as mulheres e as crianças, ou seja, aqueles grupos familiares nos quais a mulher é a principal ou única provedora, não havendo um adulto do sexo masculino que compartilhe a responsabilidade pela subsistência da família (grifo da autora).

<sup>8</sup> Muitos(as) dos(as) catadores(as) que participaram da presente pesquisa, recebe algum benefício do governo federal, o que auxilia na complementação da renda familiar, mas não se configura como a principal fonte de renda.

Afora os fatores já ressaltados, somam-se a estes as condições de vulnerabilidade, fragilidade e precariedade que estão relacionadas à forma como estas mulheres realizam suas atividades laborais, visto que estas fazem a coleta dos recicláveis trabalhando diuturnamente, sobe as mais diversas condições temporais, de modo a garantir o sustento da família. Muitas têm que abandonar suas casas para morarem no lixão, como forma de assegurar que o material recolhido durante o dia, não seja roubado e o seu trabalho tenha sido em vão. A Figura 2 apresenta a forma de acondicionamento dos recicláveis recolhidos durante o dia de trabalho das catadoras, bem como estas no exercício da coleta dos recicláveis.



**Figura 2:** Catadora fazendo a separação dos resíduos encontrados no lixão, sendo estes armazenados em fardos que ficam depositados no interior do próprio lixão. Fonte: Pesquisa de Campo.

Outro fator que pode ser ressaltado, quando analisado o processo de violência simbólica e vulnerabilidade ocasionado pela exclusão social do indivíduo, podendo este fator ser fundamentado pela segregação espacial, refere-se às condições e local de moradia dessas catadoras, conforme observado por Souza (2008, p. 68) ao afirma que:

O fenômeno de segregação espacial é, sem dúvida, muito geral ao longo da história da urbanização. Quase sempre existiram grupos que, devido a sua pobreza, à sua etnia ou a outro fator eram forçados a viverem em certas áreas (geralmente as menos atraentes e bonitas, menos dotadas de infraestrutura, mais insalubres, etc.), sendo, na prática ou até formalmente, excluído de certos espaços, reservados para as classes e grupos dominantes da sociedade.

Como forma de respaldar as informações apresentadas Souza (op. cit.), a Figura 3 caracteriza tipos de moradias comuns no interior do lixão municipal de Campina Grande/PB, podendo ser destacada a construção com materiais inviáveis para a garantia de uma qualidade de vida digna.



**Figura 3:** Formas de Habitações no interior do lixão municipal de Campina Grande, PB.  
Fonte: Pesquisa de Campo

Do universo de catadoras pesquisadas, 25% destas quando arguidas informaram morar nas instalações do lixão. Supõe-se, que este dado não expresse com exatidão a realidade, haja vista todo o preconceito agregado à atividade que realizam, bem como ao local onde esta se desenvolve. A negação ou omissão do seu local de moradia pode vir a minimizar o sentimento de exclusão e repúdio que é reservado a estes trabalhadores.

Neste contexto, pode-se afirmar, de acordo com Souza (op.cit.), que a segregação social deriva de desigualdades, ao tempo que, retroalimenta desigualdades, ao condicionar a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerância e conflitos.

Essas trabalhadoras além de estarem sujeitas a precária e insalubres condições de trabalho, são submetidas também à exploração de sua força de trabalho de forma desumana por “atravessadores”<sup>9</sup>, que se beneficiam de sua fragilidade e desestruturação socioeconômica.

Apesar do trabalho sacrificante que estas catadoras desempenham, muitas não são favoráveis a possível implantação de um aterro sanitário nas imediações do atual lixão, pois, as mesmas temem não poder trabalhar em suas imediações, perdendo assim, o

<sup>9</sup> Pessoas que compram os resíduos recicláveis diretamente nos lixões, a baixo custo, para posterior comercialização nas empresas/usinas de reciclagem.

sustento da família que é proveniente dos recicláveis. É possível registrar também, a opção de algumas catadoras em não se cadastrarem nas cooperativas existentes na cidade. Apesar da insegurança, grande parte dos catadores(as) preferem vender seu material a atravessadores, devido às “facilidades” que os mesmos oferecem. Os motivos para o descrédito das catadoras para com as cooperativas são variados, conforme descrito a seguir<sup>10</sup>:

1. Os descontos feitos pela cooperativa na hora da pesagem do material.
2. Só há ladrões na cooperativa.
3. O fato de a cooperativa beneficiar uns e outros não.
4. Os empréstimos que os atravessadores oferecem.

Ressalta-se que, dentre as “facilidades” que os atravessadores oferecem, é recorrente o fato das catadoras alegarem que, devido às necessidades diárias, estas precisam receber o valor pelo material recolhido ao final da jornada de trabalho, fato este que não é viabilizado pela cooperativa, visto que o pagamento pela compra dos recicláveis acontece semanalmente, perpetuando a situação de informalidade e vulnerabilidade social das catadoras, através da desarticulação de parte das trabalhadoras.

Diante do exposto, não se pode negar que os atores sociais analisados no presente estudo (os catadores), tornam-se, a cada dia, mais expressivos, diante das condições de exclusão social presenciadas na atualidade, que termina por criar novas categorias de trabalho. Neste sentido, faz-se necessário uma maior valorização dos catadores, devido a sua importância para a manutenção do meio ambiente urbano, tanto da cidade em estudo, como também, em todo o Brasil.

### **Considerações finais**

A situação de violência pode ser destacada pelas condições de exclusão social a que estas mulheres estão inseridas, uma vez que estas carregam peculiaridades que contribuem e fomentam o processo de discriminação, que, por conseguinte, conduz a violência, física e/ou moral/simbólica.

---

<sup>10</sup> As informações aqui expostas foram concedidas à autora deste trabalho, através de depoimentos das próprias catadoras quando da aplicação dos questionários em seu local de trabalho, sendo estes transcritos na íntegra como forma de garantir a originalidade das informações.

Estes indivíduos são mulheres, inseridas no mercado informal de trabalho, exercendo atividades consideradas desumanas, habitando em locais por vezes insalubres, mas, acima de tudo, são seres humanos e necessitam terem seus direitos reconhecidos para que assim possam ter o exercício pleno da sua cidadania.

É possível identificar, de acordo com a pesquisa de campo realizada no lixão municipal de Campina Grande/PB, que muitas das catadoras entrevistadas, têm a esperança de deixar a catação de “lixo” como forma de sobrevivência, o problema é que elas não encontram outro emprego, tampouco apoio dos órgãos governamentais para viverem do “lixo”, mas de forma mais digna, com mais humanidade. Neste sentido, faz-se necessário uma intervenção do poder público local, na tentativa de oferecer melhores condições de trabalho, como forma de resgatar a dignidade dessas trabalhadoras.

## Referências

ABREU, M. de F. **Do Lixo à Cidadania: estratégias para a ação**. Brasília: Caixa Econômica Federal e UNICEF, 2001.

BRASIL, Governo Federal. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 196/96** de 10 de outubro de 1996. Disponível em: [conselho.saude.gov.br/resolucoes/1996/reso196.doc](http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/1996/reso196.doc). Acesso em: setembro de 2011.

BRASIL, Presidência da República. Ministério do Trabalho e Emprego. **Decreto Federal nº. 397**, de 09 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação.

BAUMAN, Z. **Capitalismo Parasitário: e outros temas contemporâneos**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2010.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRUM, A. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 21 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

CALDERONI, S. **Os Bilhões Pedidos no Lixo**. 4 ed. São Paulo: Humanitas editora/FFLCH/USP, 2003.

CAVALCANTI, G. & OLIVEIRA, P.Ç.F. A Globalização e a Vantagem Competitiva. In: RIBEIRO, E. R. (org.). **Globalização, Competitividade e Crises**. 2 ed. João Pessoa: EDUFPB, 2002. p. 101-114.

CHESNAIS, J. C. **Histoire de la Violence**. Paris: Robert Laffont, 1981.

CHIAVASSA, R. Mulheres: as desigualdades persistem. In: PINSKY, J. (org.). **Práticas de Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 31-38.

CONCEIÇÃO, M. M. **Os empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade/análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo**. Campinas, SP: Átomo, 2005.

DIAS, J. A. & SALGADO, M. G. **Manual do Procurador Público**. Programa Lixo e Cidadania: Criança no lixo nunca mais. Procuradoria geral da República. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. Brasília, março de 1999.

DIBO, D. **Geografia no Mundo Contemporâneo: Problemas Nacionais e Mundiais**. Lisa, s/d.

GACHET, S. A massa invisível. In: **Cadernos online**. Disponível em: [www.discutireducao.blogspot.com](http://www.discutireducao.blogspot.com). Acesso em: 01 de outubro de 2012.

GONÇALVES, P. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômico**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, 2003. 184p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico - 2010**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de Amostra por Domicílio - PNAD 2009 e 2011**. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/sintese\\_defaultpdf\\_trabalho.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/sintese_defaultpdf_trabalho.shtm)>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

MAFFESOLI, M. **Dinâmica da violência**. Trad. C. M. V. França. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

MAIA, C.E.S. informalidade e ilegalidade: faces e disfarces na economia urbana. In: **Boletim Goiano de Geografia**. 19(2): 99-117, jan./dez. 1999. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/15366/9422>. Acesso em: 01 de outubro de 2012.

MARTINS, C. H. B. Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade ocupacional. In: **Revista Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 5, artigo 4, 2005.

MÉNDEZ, N. P. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. In: **Revista Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 5, artigo 3, 2005.

MNCR, **Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis**. Disponível em: <http://www.rts.org.br/noticias/destaque-1/sistema-online-reune-dados-sobre-catadores-de-materiais-reciclaeis-de-todo-pais>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

MONTEIRO, J.H.P., *et. al.* **Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

PARAÍBA, Governo do Estado da Paraíba. Agência Executiva de Águas do Estado da Paraíba - AESA. **SigaAesa**. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br>>. Acesso em: 29 de abril de 2010.

PERLMAN, E. J. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

RODRIGUES, E. V. *et. al.* Políticas sociais e exclusão em Portugal. In: **Sociologia, Problemas e Práticas**, 1999, n. 31, p.39-67.

SANTOS, E. M. & CAVALCANTI, L. de S. **A Importância da Construção do Conceito de Cidadania na Escola**. Disponível em: <[http://www.igeouerj.br/VICBE-2004/eixo4/e4\\_117.htm](http://www.igeouerj.br/VICBE-2004/eixo4/e4_117.htm)> acesso em: 20 de maio de 2005.

SANTOS, B. S. *et. al.* **Produzir para Viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel. 1987.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, M. **O País Distorcido**: O Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo. PUBLIFOLHA: 2003.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOBRAL, N. G. *et. al.* Gênero e invisibilidade social entre catadores de materiais recicláveis de Campina Grande/PB. In: **Anais...** do II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais. João Pessoa/PB, 26 a 28 de outubro de 2009.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Recebido para publicação em dezembro de 2011

Aprovado para publicação em julho de 2012